

# SUL DA BAHIA EM PÉ-DE-GUERRA (I)

## Para bispo, índios poderão negociar

E admite que questão é delicada

**CEDI**

**Pov**

Fonte: \_

Data: \_



O bispo dom Paulo aconselha à negociação

**NISE QUINTAS  
MARCOS OLIVEIRA  
ENVIADOS ESPECIAIS**

O conflito de terras na região cacauceira do Sul da Bahia, onde, por um lado, estão os índios Pataxó e, por outro, os fazendeiros, continua em compasso de espera. Enquanto os processos tramitam pelos tribunais de Brasília, as partes posicionam-se em permanente pé-de-guerra. Os índios, temerosos de agressões, encontram-se tensos e arredios, dispostos a se defenderem a qualquer custo. Os fazendeiros, por sua vez, certos dos direitos de posse das terras, mostram-se também inflexíveis na defesa de seus prerrogativos.

A reportagem da UH de Brasília, presente na área em litígio, procedeu a um completo levantamento de situação, identificando nos depoimentos colhidos, uma unanimidade quase que absoluta, que reconhece a legitimidade de situação dos proprietários das terras. Neste sentido, depuseram na reportagem não só os índios e os fazendeiros, como também diversas autoridades que lideram os municípios dentro e próximo à área em conflito, entre prefeitos e ex-prefeitos, vereadores e o bispo de Itabuna como autoridade eclesiástica máxima da região que se encontra, nos últimos dois anos, em verdadeiro pé-de-guerra.

### IGREJA

Dom Paulo Lopes de Faria, é o bispo da Diocese de Itabuna, que abrange dezoito municípios do Sul da Bahia, entre os quais, Pau Brasil, Itajú do Colônia, Camacã, Canavieiras e Una. Foi nomeado bispo desta diocese em dezembro do ano passado, tomando posse oficialmente em 19 de janeiro deste ano, há exatamente oito meses.

Por coincidência, quando a reportagem da UH encontrava-se em Itajú do Colônia, dom Paulo de Faria chegava àquele município, para uma visita cumprindo parte do roteiro que vem fazendo pela sua diocese. Em uma audiência simples e rápida, devido a outros compromissos da autoridade eclesiástica, dom Paulo falou sobre o conflito e emitiu a posição da Igreja.

Dom Paulo começa sua entrevista retornando a 1936, "quando foram reservadas as 50 léguas quadradas para uma reserva florestal e para uso e gozo dos índios que, mais tarde, foram reduzidas para 36 mil hectares, em vista do reduzido número de silvícolas na região". Segundo dom Paulo, em 1982, a Funai trouxe do Norte de Minas Gerais vários índios, remanescentes daqueles que, durante os anos anteriores, morreram, foram perseguidos e fugiram da área", e os colocou na Fazenda São Lucas. "A Funai retornou com estes índios, evidentemente mestiços, baseado no Estatuto do Índio de compra anulado. As terras indígenas, por lei, são inalienáveis", explicou dom Paulo.

### NEGOCIAÇÃO

O bispo esteve, em julho último, na Fazenda São Lucas, onde passou todo um dia junto à comunidade ali instalada. Contou que foi realizada uma reunião, com a presença de representantes da Funai e caciques, numa conversa que durou mais de três horas. Nesta reunião, afirmou que ouviu das lideranças indígenas a disposição para uma solução transitória da questão, até que seja dada a solução definitiva. Segundo dom Paulo, os "supostos" Pataxó estariam dispostos

a negociar um determinado número de hectares de terras, além daqueles 1.200 que já estão em seu poder, deixando de lado, temporariamente, a exigência pelos 36 mil hectares na sua totalidade.

O argumento dos indígenas para uma área além da Fazenda São Lucas, segundo dom Paulo, prende-se ao fato de os 1.200 hectares tornarem-se insuficientes para daqui a quatro anos, quando provavelmente será dada a setença final para a questão. "Como agora há aproximadamente 830 indígenas naquela área, eles acreditam que até o resultado final o número de índios seja bem maior e, a partir daí, torna-se necessária uma área mais extensa para alojá-los", explicou dom Paulo.

Segundo afirmou, o objetivo de sua presença na área foi exatamente "o oposto àquele que muitos vêm dizendo ter sido". "Estive reunido para acalmar os ânimos, propondo uma convivência pacífica para a realização de uma futura reunião entre representantes do Governo Federal, Governo estadual, fazendeiros e posseiros, com os índios", explicou. "Houve acusações que a liderança da Igreja, na região, estaria promovendo esse clima de tensão, o que não é verdade. Em hora nenhuma incentivamos a luta e a violência, muito pelo contrário, tentamos sempre criar condições para que nada disso ocorresse", acrescentou.

### MISCIGENAÇÃO

Dom Paulo afirmou ainda que há entre estes Pataxó, uma miscigenação, porém, predominando o sangue indígena, "segundo relatórios apresentados pela Funai". Sempre baseado em dados oficiais, dom Paulo diz que, a seu ver, um simples fato deixou claro que naquela comunidade há a predominância da raça indígena. Segundo ele, um médico da Funai realizou exames médicos em todos que residem em São Lucas, e o resultado foi a total inexistência de qualquer caso de doença venérea, em todos os 830 índios examinados. "Para a Igreja, esta dado da Funai torna clara a predominância da raça indígena na área. Não há o que duvidar", acrescentou.

Para dom Paulo Lopes, há neste conflito, um erro político, jurídico e tático. A seu ver, a solução da questão não está entre fazendeiros, posseiros e índios, e sim entre o Governo Federal e o Governo estadual da Bahia. "No entanto - afirmou - acredito que este não seja o momento político ideal para se tratar de Pau Brasil. Devemos esperar o próximo governo assumir e, a partir daí, iniciaremos uma caminhada no sentido de se encontrar uma solução".

A Igreja, segundo dom Paulo, respeita o Estatuto do Índio "que é uma lei", e posiciona-se, sempre, ao lado da verdade, da justiça e do fato histórico. Explica que, partindo do princípio de que há uma reserva indígena e a Funai comprova isso, encara a questão sob dois ângulos: "Se a terra é dos índios, eles estão sendo injustiçados, por estarem enfrentando tais situações. Por outro lado, quem ocupa a terra, os fazendeiros e posseiros, se sentem também inseguros, sem saber como será o dia de amanhã". "Estes que ocupam as terras, titulados ou não, construíram suas benfeitorias, plantaram e cultivaram a terra e têm, portanto, direitos que são garantidos pela lei", explicou dom Paulo Lopes. "A Igreja não se posiciona a favor de um ou de outro. Simplesmente aguarda a decisão da Justiça", concluiu.

327

Última Hora  
24/09/84